G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ nº 38.251.371/0001-19
(Administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Demonstrações Contábeis Referentes ao Período de 27 de Outubro de 2021 (data de Transferência da Administração do Fundo) a 31 de Janeiro de 2022 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e à Administradora do
G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
(Administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado ("Fundo"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de janeiro de 2022 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o período de 27 de outubro de 2021 (data de transferência da Administradora do Fundo) a 31 de janeiro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado em 31 de janeiro de 2022 e o desempenho de suas operações para o período de 27 de outubro de 2021 a 31 de janeiro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 ("ICVM 555/14").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de investimentos em cotas de fundos de investimento

Em 31 de janeiro de 2022, o Fundo mantinha investimentos em cotas de fundos de investimento ("Fundos Investidos") no montante de R$ 548.509 mil, correspondentes a 98,64% do seu Patrimônio Líquido. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, tais investimentos foram atualizados diariamente com base nos valores divulgados pelos seus administradores.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Por sua vez, os referidos Fundos Investidos, em conexão às suas políticas de investimento descritas em seus respectivos regulamentos, podem efetuar investimentos em uma grande variedade de títulos e valores mobiliários, tais como: títulos privados, cotas de fundos de investimento domiciliados no Brasil ou no exterior, ações, dentre outros ativos. Investimentos considerados relevantes em ativos com baixo volume de negociação, sem liquidez ou de emissores com risco de crédito aumentado podem trazer um maior risco de distorções materiais nas demonstrações contábeis do Fundo. Dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de identificar e avaliar os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis do Fundo, efetuamos, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtivemos a composição detalhada dos ativos do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; (ii) obtivemos a composição da carteira dos Fundos Investidos disponível na CVM e avaliamos o perfil de risco dos investimentos; (iii) leitura das últimas demonstrações contábeis auditadas, dos fundos de maior relevância e/ou risco, com o objetivo de identificar ressalvas e/ou qualificações; (iv) recalculamos a valorização das aplicações nos Fundos Investidos, com base no valor da cota divulgada pelo seu administrador; e (v) confrontamos a composição da carteira do Fundo, em 31 de janeiro de 2022, com os relatórios emitidos pelas entidades custodiantes independentes e instituições financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pela Administradora com relação a existência, mensuração e divulgação dos investimentos em cotas de fundos de investimento são apropriados no contexto das demonstrações contábeis do Fundo tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período de 3 de dezembro de 2020 (data de início das atividades do Fundo) de a 26 de outubro de 2021 (data de transferência da Administração do Fundo)

Os valores correspondentes ao período de 3 de dezembro de 2020 a 26 de outubro de 2021 apresentados em conjunto, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de abril de 2022, com a seguinte ressalva “Em 26 de outubro de 2021 o Fundo possuía investimentos em contas dos fundos PRIO3 ML SENIOR FIDC e BRV FIDC SR A (“fundos investidos”) no montante total de R$96.973 mil, que representavam 21,22% do seu patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação das aplicações. Os fundos investidos iniciaram suas operações em julho de 2021, sendo que a primeira auditoria de suas demonstrações financeiras será realizada para as datas bases de 31 de maio de 2022 e 30 de abril de 2022, respectivamente. Como não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a existência e o valor justo dos fundos investidos por meio de outros procedimentos de auditoria, em 26 de outubro de 2021, não nos foi possível determinar a necessidade ou não de eventuais ajustes nos seus valores e o reflexo dessa avaliação no patrimônio líquido do Fundo” e ênfase relacionada à transferência de Administração do Fundo.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações contábeis

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555/14 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administradora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na ICVM 555/14, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

190022

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ: 38.251.371/0001-19
(Administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira
31 de janeiro de 2022
(Em milhares de reais)

			31/01/2022	
Aplicações/especificações	Quantidade	Custo total	Valor justo/ realização	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades			**7**	**0,00%**
Operações Compromissadas	**2.792,000**	**2.500**	**2.500**	**0,45%**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.792,000	2.500	2.500	0,45%
Títulos públicos federais	**452,000**	**4.979**	**5.096**	**0,92%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	452,000	4.979	5.096	0,92%
Cotas de fundos de investimento	**252.513.728,430**		**548.509**	**98,64%**
Fundos de Direitos Creditórios (i)	**129.831.533,580**		**377.741**	**67,93%**
FIDC CLIENTES BRF	50.129,000		50.206	9,03%
FIDC FARM SYNGENTA AGRONEGÓCIO I	29.589.263,620		30.239	5,44%
FIDC BRV - série A	28.396,000		27.298	4,91%
CREDIT BRASIL FIDC MULTISSETORIAL MASTER - senior 13	24.776,030		26.628	4,79%
FIDC LIGHT	37.421.922,470		20.313	3,65%
SB CRÉDITO FIDC MULTISSETORIAL - cota senior 5	20.000,000		20.231	3,64%
FIDC SIFRA STAR	6.756,410		18.890	3,40%
FIDC ANGÁ SABEMI CONSIGNADOS XI	18.714,000		16.926	3,04%
FIDC VERDECARD	19.665,000		16.387	2,95%
AXIS RENOVÁVEIS FIDC	11.671,540		12.560	2,26%
SB CRÉDITO FIDC MULTISSETORIAL - cota senior 6	12.000,000		12.302	2,21%
SB CRÉDITO FIDC MULTISSETORIAL - cota senior 3	15.000,000		11.306	2,03%
SIFRA PLUS FIDC MULTISSEGMENTOS	248,470		10.514	1,89%
G5 SANEAMENTO FIDC	164.513,870		10.301	1,85%
SB CRÉDITO FIDC MULTISSETORIAL - cota senior 4	9.795,000		10.187	1,83%
RED - FIDC MULTISETORIAL LP	9.150,000		9.397	1,69%
FIDC CREDZ	24.000.000,000		8.034	1,44%
RED FIDC REAL LP	13.012,510		7.353	1,32%
FIDC ANGÁ SABEMI CONSIGNADOS VIII	39.208,100		6.162	1,11%
CREDIT BRASIL FIDC MULTISSETORIAL MASTER - senior 12	14.906,000		5.909	1,06%
CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FIDC - senior 22	10.000.000,000		5.856	1,05%
GREEN FIDC SOLAR GD - FIDC SOCIOAMBIENTAL - ENERGIA SOLAR - cota senior 4	4.866,000		5.422	0,98%
GREEN FIDC SOLAR GD - FIDC SOCIOAMBIENTAL - ENERGIA SOLAR - cota senior 3	4.483,000		5.055	0,91%
FIDC EMPIRICA CREDITAS AUTO	5.000,000		4.776	0,86%
FIDC ANGÁ SABEMI CONSIGNADOS X	9.901,000		4.095	0,74%
FIDC PAGBEM	10.400,000		3.628	0,65%
CREDIT BRASIL FIDC NÃO-PADRONIZADOS MULTISSETORIAL HIGH	3,560		2.976	0,54%
FIDC BIZCAPITAL EMPÍRICA PME - senior 2	3.897,000		2.794	0,50%
FIDC CREDITAS AUTO II	7.026.005,000		2.471	0,44%
GREEN FIDC SOLAR GD - FIDC SOCIOAMBIENTAL - ENERGIA SOLAR - cota senior	1.900,000		2.226	0,40%
FIDC BRV - série B	1.604,000		1.758	0,32%
FIDC IMPERIUM CCEAR	21.662,000		1.620	0,29%
GREEN FIDC SOLAR GD - FIDC SOCIOAMBIENTAL - ENERGIA SOLAR - cota senior 2	1.250,000		1.453	0,26%
CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FIDC - senior 25	1.350.200,000		1.357	0,24%
NUBANK FIDC	19.921.234,000		1.111	0,20%
Fundo de Renda Fixa	**83.085.663,770**		**122.417**	**22,01%**
G5 FI RF REF DI	83.085.663,770		122.417	22,01%
Fundo Multimercado	**39.596.531,080**		**48.351**	**8,70%**
G5 F DELTA II FIM CP IE	39.596.531,080		48.351	8,70%
Total do Ativo			**556.112**	**100,01%**
Valores a pagar			**(36)**	**-0,01%**
Remuneração da administração			(23)	0,00%
Auditoria			(9)	0,00%
Custo Cetip			(4)	0,00%
Total do Passivo			**(36)**	**-0,01%**
Patrimônio líquido			**556.076**	**100,00%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(i) Conforme nota explicativa nº 7.

G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
CNPJ: 38.251.371/0001-19
(Administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Períodos de 27 de outubro de 2021 (data de transferência da Administração do Fundo) a 31 de janeiro de 2022 e 3 de dezembro de 2020 (data de início das atividades do Fundo) a 26 de outubro de 2021
(Em milhares de reais, exceto os valores das cotas)

	Período de 27/10/2021 a 31/01/2022	Período de 03/12/2020 a 26/10/2021
Patrimônio líquido no início dos períodos		
298.345.815,690 cotas a R$ 1,531399	456.887	
220.016.062,102 cotas incorporadas do G5 CRPR FI RF CP		317.774
Cotas emitidas		
79.385.996,749 cotas	123.947	
141.222.160,968 cotas		210.104
Cotas resgatadas		
25.644.997,250 cotas	(37.208)	
62.892.407,380 cotas		(76.589)
Variações nos resgates de cotas	(2.419)	(16.099)
Patrimônio líquido antes do resultado dos períodos	**541.207**	**435.190**
Composição do resultado dos períodos		
Renda de operações compromissadas	**205**	**-**
Apropriação de rendimentos e valorização/desvalorização a preço de mercado	205	-
Cotas de Fundos de Investimentos	**14.431**	**21.648**
Resultado com aplicações em cotas de fundos	14.431	21.648
Renda fixa e outros valores mobiliários	**331**	**466**
Apropriação de rendimentos e valorização/desvalorização a preço de mercado	1.012	441
Resultado nas negociações	(681)	25
Demais receitas	**-**	**5**
Reversão de provisão	-	5
Demais despesas	**(98)**	**(422)**
Remuneração da Administração	(63)	(258)
Despesas diversas	(13)	(3)
Auditoria	(9)	(25)
Cetip	(9)	-
Despesas administrativas	(2)	-
Taxa ANBIMA	(1)	(8)
Custódia	(1)	(43)
Taxa de gestão	-	(53)
Taxa de Fiscalização CVM	-	(32)
Resultado dos períodos	**14.869**	**21.697**
Patrimônio líquido no final dos períodos		
352.086.815,189 cotas a R$ 1,579371	**556.076**	
298.345.815,690 cotas a R$ 1,531399		**456.887**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O G5 CRPR III Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado ("Fundo"), administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), regulado pela Instrução nº 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais disposições legais regularmente aplicáveis, foi constituído em 30 de novembro de 2020, tendo iniciado suas operações em 3 de dezembro de 2020 sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo é destinado a captação de recursos de fundos de investimentos geridos pela G5 Administradora de Recursos Ltda. ("Gestora"), ou empresas de seu grupo econômico, bem como de clientes destas empresas, classificados como investidores profissionais.

A gestão da carteira do Fundo compete à G5 Administradora de Recursos Ltda. ("Gestora").

O Fundo tem por objetivo obter ganhos de capital através de aplicações em ativos financeiros e fundos de investimentos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora ou do Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, este está sujeito às oscilações de mercado, podendo inclusive, ocorrer perda de capital investido.

A Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 19 de outubro de 2021, deliberou a partir da abertura dos mercados do dia 27 de outubro de 2021: (i) a substituição da Administradora de BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM para a Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e (ii) a consolidação do Regulamento do Fundo, com o objetivo de refletir as alterações deliberadas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pelas Instruções nº 555/14 da CVM, incluindo as normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento ("COFI") e as orientações emanadas da CVM.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeiras desses instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

As demonstrações das evoluções do patrimônio líquido estão sendo apresentadas de forma segregada entre os períodos de 27 de outubro de 2021 a 31 de janeiro de 2022 e de 3 de dezembro de 2020 a 26 de outubro de 2021 em virtude da transferência de administração do Fundo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A Administradora autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras do Fundo em 29 de abril de 2022.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) **Disponibilidades:** Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

b) **Operações compromissadas:** As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração.

c) **Títulos de renda fixa:** De acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 577, os ativos financeiros são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administradora, assim a Administradora classificou ativos financeiros na seguinte categoria, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Ativos para negociação - Aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados sobre esses ativos são reconhecidos no resultado do exercício e apropriados de acordo com o regime de competência.

Ativos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- Que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, estes últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativa aos fundos de investimento;

- Que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao Regulamento do Fundo, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo como mantidos até o vencimento.

- Para o Fundo investir em cotas de outro fundo de investimento, que classifique títulos e valores mobiliários da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento, é necessário que sejam atendidas, pelo cotista do Fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

d) **Outros ativos e passivos:** Os valores a receber e as obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

e) **Receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata die”.

f) **Títulos e valores mobiliários de renda fixa:** Os títulos e valores mobiliários de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor justo. Os títulos públicos federais são ajustados ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos e valores mobiliários privados são ajustados ao valor justo com base na melhor estimativa da Administradora do valor esperado de realização.

Os ganhos são reconhecidos no resultado na rubrica de “Apropriação de rendimentos e valorização/desvalorização a preço de mercado”. Os lucros e/ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor justo do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável.

O valor de custo dos títulos e valores mobiliários de renda fixa integrantes da carteira do Fundo, apresentado no demonstrativo da composição e diversificação da carteira, representa o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data de aquisição, deduzido das amortizações e/ou dos juros recebidos, quando aplicável.

g) **Cotas de fundos:** As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento e estão classificadas na categoria de “Títulos para negociação”. A valorização e/ou a desvalorização” das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

4. Títulos e valores mobiliários

Composição por montante, categoria, vencimento e valor justo:

Títulos para negociação	Valor Justo	Faixas de vencimento
Títulos Públicos Federais	**5.096**	**Após 365 dias**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	5.096	Após 365 dias
Cotas de Fundos de Investimento	**548.509**	**Não possui**
Total	**553.605**	

Em 31 de janeiro de 2022 o Fundo não possuía títulos classificados na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento", bem como não foram realizadas reclassificações de títulos entre as categorias nos períodos.

5. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo não poderá realizar diretamente operações com derivativos.

6. Gerenciamento de riscos

O investimento no Fundo sujeita o cotista à assunção de riscos, que podem levar a significativas perdas patrimoniais ou mesmo patrimônio líquido negativo do Fundo e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do Fundo.

Os principais riscos a que o Fundo está exposto são os abaixo relacionados. A lista a seguir não é exaustiva, o FUNDO pode estar exposto a riscos adicionais:

I. Risco de Mercado: Os ativos componentes da carteira do Fundo e dos fundos investidos, inclusive os títulos públicos, estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo e dos fundos investidos. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional;

II. Risco de Crédito: Os títulos públicos e/ou privados de dívida que compõem a carteira do Fundo e dos fundos investidos estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou contrapartes do Fundo e/ou dos fundos investidos em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou contrapartes de transações do Fundo e/ou dos fundos investidos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O Fundo e os fundos investidos poderão ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo e/ou dos fundos investidos, estes poderão sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

III. Risco de Liquidez: O Fundo poderá estar sujeito a períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demanda e negociabilidade dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Neste caso, o Fundo pode não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos a resgates de cotas do Fundo, quando solicitados pelos Cotistas. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os valores mobiliários são negociados, grande volume de solicitações de resgates ou de outras condições atípicas de mercado. Nessas hipóteses, o Administrador poderá, inclusive, determinar o fechamento do Fundo para novas aplicações ou para resgates, obedecidas as disposições legais vigentes.

IV. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador ou do Gestor tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e dos fundos investidos e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regastes. Ainda, o Fundo estará sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e àquelas praticadas pelos governos dos países em que o Fundo e os fundos investidos realizarem investimentos. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais dos Fundos investidos e do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos cotistas do Fundo. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados dos Fundos Investidos e do Fundo. Qualquer deterioração na economia dos países em que o Fundo e/ou os fundos investidos venham a investir, ou recessão e o impacto dessa deterioração ou recessão nos demais países em que o Fundo possuir investimentos (diretamente ou indiretamente) podem ter efeito negativo na rentabilidade e performance do Fundo e dos fundos investidos.

V. Risco Regulatório: As eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis ao Fundo, seus ativos financeiros e aos Fundos Investidos, incluindo, mas não se limitando aqueles referentes a tributos, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pelo Fundo e/ou pelos fundos investidos.

VI. Risco de Concentração: Em razão da política de investimento do Fundo e dos fundos investidos, a carteira do Fundo poderá estar exposta a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. A concentração dos investimentos, nos quais o Fundo aplica seus recursos, em determinado(s) emissor(es), pode aumentar a exposição da carteira do Fundo aos riscos mencionados acima, ocasionando volatilidade no valor de suas cotas. Embora a diversificação seja um dos objetivos do Fundo, não há garantia do grau de diversificação que será obtido, seja em termos geográficos ou de tipo de ativo financeiro, ainda que os limites estabelecidos pela regulamentação sejam devidos, e plenamente, observados.

VIII. Outros Riscos: Não há garantia de que o Fundo ou os fundos investidos sejam capazes de gerar retornos para seus investidores. Não há garantia de que os cotistas receberão qualquer distribuição do Fundo. Consequentemente, investimentos no Fundo somente devem ser realizados por investidores que possam lidar com a possibilidade de perda da totalidade dos recursos investidos.

Controles relacionados aos riscos

O controle do risco de mercado é baseado na perda máxima aceitável projetada para fundos administrados pela Modal Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda., de modo a evitar que incorram em risco excessivo.

Entende-se por risco excessivo a manutenção de posições em carteira que gerem perdas projetadas superiores aos limites preestabelecidos pela Modal Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda., de acordo com a realização dos controles de value at risk e stress testing. Os limites de value at risk são estabelecidos como percentual do patrimônio líquido.

Os limites de stress testing são estabelecidos como percentual do patrimônio líquido, bem como sobre os diferentes fatores de risco.

Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento a critério da Administradora.

A avaliação do risco de crédito é realizada pela Gestor e pela Administradora do Fundo. A Administradora realiza o monitoramento dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável.

Em caso de ocorrência de algum default no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou contraparte é avaliada pelo Comitê de Crédito da Administradora, onde são tomadas decisões para a constituição ou não de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

Análise de sensibilidade

Baseado em modelos matemáticos e estatísticos aplicados diariamente à carteira, com o objetivo de garantir que o Fundo esteja exposto apenas aos riscos inerentes à sua política de investimento e de acordo com os critérios de risco estabelecidos no seu Regulamento, os principais modelos utilizados são:

(a) VaR (Value at Risk): modelo que estima, a partir de séries temporais e variáveis estatísticas, a perda financeira máxima para um dia relativa ao posicionamento e à exposição atual da carteira do Fundo.

(b) Stress testing: é um modelo de simulação da perda financeira num cenário econômico-financeiro crítico, através da utilização de expressivas variações dos preços dos ativos e derivativos que atualmente compõem a carteira do Fundo.

(c) Back test: é uma ferramenta aplicada para a verificação da consistência entre o resultado obtido pelo modelo do VaR e o resultado efetivo do Fundo.

(d) Controle de enquadramento de limites e aderência à política de investimentos: é realizado diariamente pela Administradora, mediante a utilização de sistema automatizado.

(e) Gerenciamento de risco de liquidez: a liquidez do Fundo é mensurada através das características inerentes dos ativos, derivativos e margem de garantias presentes na carteira do Fundo, comparando-se o tamanho das posições detidas pelo Fundo com a liquidez aparente. A liquidez aparente, por sua vez, é a quantidade observada de ativos negociados para um determinado período. Também são consideradas nesta análise todas as obrigações do Fundo, inclusive com relação aos seus Cotistas.

Patrimônio líquido	Valor da cota	Resultado	VaR (*)	% PL
556.076	1,579371	14.869	1.132	0,20

(*) Var de 1 dia com 95% de confiança;

7. Emissões e resgates de cotas

Na emissão de cotas do Fundo será utilizado o valor da cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

Nos pedidos de resgate do Fundo a conversão de cotas dar-se-á pelo valor da cota de fechamento do 60º (sexagésimo) dia (corridos) ao da solicitação de resgate e o pagamento do resgate será efetuado no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da conversão de cotas.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, devendo, nesta hipótese, adotar imediatamente os procedimentos descritos na legislação em vigor, levando em conta os princípios fiduciários a ela atribuídos em lei.

O Fundo detém, em 31 de janeiro de 2022, 67,93% do seu patrimônio líquido aplicado em cotas de fundos de investimento, assinaladas com (i) no demonstrativo da composição e diversificação da carteira, o qual possui prazo de resgate de cota superior ao previsto no regulamento do Fundo, o que pode comprometer, dependendo do volume de resgate, a liquidez do Fundo para cumprir com os prazos.

8. Política de distribuição dos resultados

O Fundo, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos que integrem a carteira do Fundo, ao seu Patrimônio Líquido.

9. Remuneração da Administração

a) **Taxa de administração:** A título de taxa de administração será devido o percentual de 0,05% ao ano, com valor mínimo mensal de R$1.800,00.

No período de 27 de outubro de 2021 a 31 de janeiro de 2022 o fundo teve despesa de R$ 63 (no período de 3 de dezembro de 2020 a 26 de outubro de 2021 – R$ 258), a título de taxa de administração, conforme demonstração do resultado do período.

A taxa de administração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por período vencido, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

b) **Taxa de gestão:** Não é devida qualquer taxa de gestão pelo Fundo.

c) **Taxa de custódia**: Não é devida qualquer taxa de custódia pelo Fundo.

d) **Taxa de performance**: Não é devida qualquer taxa de performance pelo Fundo.

e) **Taxa de ingresso**: Não é devida qualquer taxa de ingresso pelo Fundo.

f) **Taxa de saída**: Não é devida qualquer taxa de saída pelo Fundo.

10. Custódia dos títulos da carteira

Os serviços de custódia de ativos e de passivos, são prestados ao Fundo pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Os títulos públicos federais e os títulos representativos das operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

As cotas dos fundos de investimentos são escriturais e o seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos.

11. Tributação

a) Imposto sobre operações financeiras "IOF": De acordo com o Decreto nº 6.306/07 - Regulamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários e alterações posteriores, o Imposto sobre Operações Financeiras é calculado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor de resgate das cotas realizado pelos cotistas, limitado ao rendimento da operação, decrescente em função do prazo até a alíquota zero (após 30 dias da data da aplicação).

b) Imposto de renda "IR": O imposto de renda incidente sobre os rendimentos dos cotistas, quando aplicável, é calculado semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, bem como por ocasião do resgate de cotas do Fundo. De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.033/04, os rendimentos auferidos pelos cotistas de fundos de investimentos são tributados pelo Imposto de Renda na Fonte com base em alíquotas decrescentes, entre 22,50% e 15%, em função: (i) do prazo de aplicação dos recursos pelos cotistas; e (ii) do prazo de vencimento dos títulos constantes na carteira do Fundo.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que o cotista possua investimentos.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

12. Rentabilidade do Fundo

A rentabilidade calculada com base na variação da cota e o patrimônio líquido médio do período foram os seguintes:

Períodos	Patrimônio líquido médio (*)	Rentabilidade (%)
Período de 27 de outubro de 2021 (data de transferência da Administradora do Fundo) a 31 de janeiro de 2022	(*)483.834	3,07
Período de 3 de dezembro de 2020 (data de início das atividades do Fundo) a 26 de outubro de 2021 (não auditado)	342.856	6,12

13. Demonstração das evoluções do valor da cota e da rentabilidade

			Rentabilidade %	
			Fundo	
Data	Valor da cota	Patrimônio líquido médio	Mensal	Acumulada
27/10/2021	1,532295			
31/10/2021	1,533237	457.273	0,06%	0,06%
30/11/2021	1,548905	441.841	1,02%	1,08%
31/12/2021	1,564631	461.459	1,02%	2,11%
31/01/2022	1,579372	552.127	0,94%	3,07%

(*) A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

14. Serviços contratados

O Fundo possui os seguintes prestadores de serviços:

Administração:	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Gestão:	G5 Administradora de Recursos Ltda.
Distribuição:	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Custódia:	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Controladoria:	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Tesouraria:	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Escrituração:	Banco Modal S.A.
Auditoria Independente:	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

15. Transações com partes relacionadas

No período de 27 de outubro de 2021 a 31 de janeiro de 2022, o Fundo possuía os seguintes saldos com parte relacionada:

Transação	Pos. 31/01/2022	Res. 31/01/2022	Parte relac.
Caixa	7	-	Modal DTVM Ltda.
Operações Compromissadas	2.500	205	Modal DTVM Ltda.
Taxa de administração	(23)	(63)	Modal DTVM Ltda.
Taxa de gestão	-	-	G5 Administrador de Recursos Ltda.

Em conformidade com a Instrução nº 514/11 da CVM, informamos que o Fundo realizou operações com títulos e valores mobiliários por intermédio da Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (Administradora). As informações referentes às operações estão demonstradas abaixo:

Operações compromissadas com partes relacionadas

	Operações realizadas com parte relacionadas		Volume médio/Patrimônio líquido médio		Taxa Média (a)	
Mês/Ano	Total de compras (R$ mil)	Total de vendas (R$ mil)	Compra	Venda	Contratada	SELIC (BACEN)
out/21	1.008	1.008	0,11%	0,11%	7,49%	6,30%
nov/21	105.220	105.250	1,49%	1,49%	7,49%	7,65%
dez/21	471.626	471.787	3,93%	3,93%	8,56%	8,76%
jan/22	38.894	38.907	0,47%	0,47%	8,95%	9,15%

(a) As taxas médias não são ponderadas pelo volume.

16. Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos do cotista, quer desses contra a Administração do Fundo.

17. Contrato de prestação de serviço de auditoria

O Fundo não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras.

18. Política de divulgação das informações

A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação diária do valor da cota e do patrimônio do Fundo, envio de extrato mensal a cotistas e a disponibilização à cotistas de informações diárias, mensais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências.

19. Alterações Estatutárias

(a) A Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 19 de outubro de 2021, deliberou a partir da abertura dos mercados do dia 27 de outubro de 2021: (i) a substituição da Administradora de BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM para a Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e (ii) a consolidação do Regulamento do Fundo, com o objetivo de refletir as alterações deliberadas.

20. Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente após 31 de janeiro de 2022 para divulgação em nota explicativa.

21. Outros assuntos

Devido os impactos locais e globais em função da propagação da COVID-19 (“Coronavírus”), e os consequentes impactos nos mercados, intensificados a partir de março de 2020, tem havido variação significativa na cotação dos diversos ativos financeiros negociados em mercados financeiros e bolsas de valores diversos, no Brasil e no exterior. Considerando-se esses aspectos, os ativos financeiros do Fundo e consequentemente sua cota podem apresentar variações significantes em relação aos valores apresentados em 31 de janeiro de 2022.

Eduardo Rebelatto
CRC-SP-328.400/O-8

Ana Paula Moraes Venâncio Amaral
Diretor Responsável

***